



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO:
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E INTERDISCIPLINARES

HÉLIO ROSA DE OLIVEIRA

REFLEXÕES ACERCA DA IMPLANTAÇÃO DA HISTÓRIA E
CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA NAS ESCOLAS
BRASILEIRAS: UM ESTUDO DE CASO

João Pessoa – PB

2014

HÉLIO ROSA DE OLIVEIRA

REFLEXÕES ACERCA DA IMPLANTAÇÃO DA HISTÓRIA E CULTURA
AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA NAS ESCOLAS BRASILEIRAS: UM
ESTUDO DE CASO

Monografia apresentada ao Curso de Especialização Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba em cumprimento à exigência para a obtenção do grau de especialista.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Giuliana Dias Vieira.

João Pessoa – PB

2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

O48r Oliveira, Hélio Rosa de

Reflexões acerca da implantação da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas brasileiras [manuscrito] : um estudo de caso / Hélio Rosa de Oliveira. - 2014.
43 p. : il. color.

Digitado.

Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância, 2014.

"Orientação: Profa. Dra. Giuliana Dias Vieira, Departamento de Relações Internacionais".

1. Educação. 2. História e cultura afro-brasileira. 3. Lei nº 10.639/03. I. Título.

21. ed. CDD 305.896 081

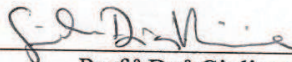
HÉLIO ROSA DE OLIVEIRA

REFLEXÕES ACERCA DA IMPLANTAÇÃO DA HISTÓRIA E CULTURA
AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA NAS ESCOLAS BRASILEIRAS: UM
ESTUDO DE CASO

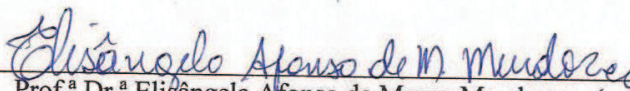
Monografia apresentada ao Curso de
Especialização Fundamentos da Educação:
Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da
Universidade Estadual da Paraíba em
cumprimento à exigência para a obtenção do
grau de especialista.

Aprovada em 22 / 11 / 2014.

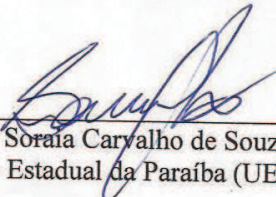
BANCA EXAMINADORA



Prof.ª Dr.ª Giuliana Dias Vieira
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof.ª Dr.ª Elisângela Afonso de Moura Mendonça
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof.ª Dr.ª Soraia Carvalho de Souza
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Aos jovens que sonham e lutam por um mundo melhor, assimilando sempre mais aquilo que se refere a dignidade humana, cresçam autossuficientes, se tornem agentes de libertação com orgulho de sua origem e história.

AGRADECIMENTOS

Grato pelo dom da Fé aos amigos(as). Em especial Prof. Jailson Manoel Silva Duarte, Profa. Josielma da Silva Fernandes, Profa. Raquel Soares de Farias, Profa. Joelma Oliveira Ferreira, a orientadora Profa. Dr.^a Giuliana Dias Vieira, e aos membros da banca examinadora Profa. Dr.^a Elisângela Afonso de Moura Mendonça e Profa. Dr.^a Soraia Carvalho de Souza, sem os quais não seria possível a realização deste trabalho.

“A Educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo.”

(Nelson Mandela)

RESUMO

A promulgação da Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e instituiu a “disciplina” História e Cultura Afro-brasileira e Africana, é uma tentativa de reparar os danos sofridos pela população afrodescendente ao longo da história. No entanto, somente uma mudança na legislação não garante que essa reparação ocorra. Sendo assim, faz-se necessário uma reflexão mais acentuada sobre essa temática, de modo a conscientizar os responsáveis pela elaboração dos programas e currículos educacionais, educadores e comunidade escolar, a desenvolverem projetos e atividades que contribuam para a efetiva aplicação desses instrumentos normativos. Nessa perspectiva, esse trabalho analisou a implementação do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana a partir de um estudo de caso realizado na **Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Major Antônio de Aquino**, localizada no município de Mulungu. Foi avaliada a percepção dos alunos das séries do Ensino Médio sobre as questões étnico-raciais a fim de observar o nível de entendimento deles sobre essa temática. Em seguida, foi realizada uma análise comparativa para identificar a existência de uniformidade no entendimento dessa questão entre os alunos que estão iniciando o Ensino Médio e aqueles que já estão em fase de conclusão. Os resultados revelaram que a percepção dos alunos da 1ª série é estatisticamente semelhante à dos discentes da 3ª série. Ambos observam a existência de preconceito na sociedade atual e, divergem quando são indagados sobre a questão da igualdade entre brancos e negros. Além disso, ambos encontram dificuldades de expressar por escrito conceitos relacionados à história e a cultura afro-brasileira. Conclui-se que a escola precisa promover ações mais efetivas para tornar realidade o que se determina na legislação educacional. Para isso, é necessário o envolvimento de toda a comunidade escolar buscando conhecer importância da cultura e da história da população afrodescendente para o desenvolvimento da nossa sociedade.

Palavras-chave: Educação. História e Cultura Afro-Brasileira. Lei nº 10.639/03.

ABSTRACT

The promulgation of Act N°. 10,639, of January 9, 2003, which amended the law of Guidelines and Bases for national education and instituted the "discipline" history and Afro-Brazilian and African Culture, is an attempt to repair the damage suffered by the descendant population throughout history. However, only a change in the law does not guarantee that this repair to occur. Therefore, it is necessary a sharper reflection on this subject, in order to raise awareness of those responsible for the preparation of educational programmes and curricula, educators and school community, to develop projects and activities that contribute to the effective application of these normative instruments. In this perspective, this work has analysed the implementation of the teaching of history and Afro-Brazilian and African Culture from a case study in the State School of elementary and secondary education Major Antônio de Aquino, located in the municipality of Mulungu. Was assessed students perception of initial and final series, high school students, about the ethnic and racial issues in order to observe the level of understanding of them on this subject. Then, a comparative analysis was performed to identify the existence of uniformity in the understanding of this issue among students who are starting high school and those who are already nearing completion. The results revealed that students ' perception of the 1st series is statistically similar to that of third-grade students. Both observe the existence of bias in current society and diverge when they are asked about the question of equality between whites and blacks. Moreover, both have difficulties to express in writing concepts related to Afro-Brazilian history and culture. It is concluded that the school needs to promote more effective actions to make reality what determines educational legislation. This requires the involvement of the entire school community seeking to know importance of culture and history of the descendant population to the development of our society.

KEYWORDS: Education. Afro-Brazilian history and culture. Act n°. 10,639/03.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: percentual de alunos que responderam ao questionário.	26
Quadro 2: percentual de alunos entrevistados por série e por faixa etária	28
Quadro 3: Percepção dos alunos em relação à existência do preconceito racial	30
Quadro 4: experiências vividas pelos alunos que se configuram como segregação racial.....	31
Quadro 5: percepção dos alunos sobre igualdade de oportunidades para negros e brancos	32

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Perfil dos alunos em relação à cor da pele ou raça.....	29
--	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	16
2.1 DE ONDE VEIO O NEGRO: REFLEXÕES ACERCA DA HISTÓRIA DE SEU SURGIMENTO	16
2.2 PARTICIPANDO DOS MOVIMENTOS POLÍTICOS	18
2.3 A LEI Nº 10.639 DE 09 DE JANEIRO DE 2003	20
3 METODOLOGIA	23
3.1 ABORDAGEM METODOLÓGICA	23
3.2 DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	24
3.3 NATUREZA DA PESQUISA.....	24
3.4 INSTRUMENTO DE COLETA DOS DADOS.....	25
3.5 SUJEITOS DA PESQUISA	25
3.6 ANÁLISES QUALITATIVA.....	26
4. ANÁLISE DOS RESULTADOS	28
4.1 CARACTERÍSTICA DOS ALUNOS PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	28
4.2 PERCEPÇÃO DOS ALUNOS SOBRE PRECONCEITO RACIAL	30
4.3 PERCEPÇÃO DOS ALUNOS SOBRE IGUALDADE DE OPORTUNIDADES	32
4.4 SOBRE A HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA.....	34
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
6 REFERÊNCIAS	38
APÊNDICE A	40
ANEXO A	43

1 INTRODUÇÃO

A história do negro se confunde com a própria história da humanidade. Singrou mares, desbravou sertões, enfrentou desertos, no entanto, apesar de muitos avanços e conquistas ainda não são reconhecidos e tratados com dignidade, respeito e igualdade. De modo que o período de comercialização e escravidão do negro ainda mantém fortes relações na formação cultural dos povos, influenciando inclusive o ambiente escolar, espaço onde deveria ser responsável pela construção da cidadania a partir de valores igualitários.

Quando trazemos essa reflexão para nosso país é que fica mais latente a função social relevante que o negro teve na construção da identidade histórica, econômica e cultural do Brasil. E ainda assim, observa-se o descaso da sociedade em relação ao reconhecimento e a valorização do negro como construtores relevantes de nossa formação sociocultural.

Para que ocorra uma mudança significativa deste quadro, defende-se que um dos passos primordiais seria tanto o resgate histórico do passado quanto a visualização do presente, mas de maneira comprometida com a transformação e realidade do negro e sua liberdade.

O resgate da história do negro é de extrema importância para apresentar, às novas gerações, o processo de construção da identidade cultural do negro no Brasil sob uma perspectiva não mais inferiorizada. Mas, sobretudo, apresentar as contribuições que a população negra e afrodescendentes proporcionaram para o desenvolvimento da nação.

Também é imprescindível a institucionalização, no sistema escolar formal, do ensino da cultura afro-brasileira e africana, com temáticas de desenvolvimento de uma educação antirracista e que promova o diálogo no sentido de combater as diversas formas de discriminação racial sofrida pelos negros, ao longo da história do nosso país, inclusive em ambiente escolar.

Nesse sentido, foi instituída a “disciplina” História e Cultura Afro-brasileira e Africana com a promulgação da Lei nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003. A partir da sanção dessa lei, as instituições de ensino brasileiras passaram a ter de implementar o ensino da cultura africana, da luta do povo negro no país e de toda a história afro-brasileira nas áreas social, econômica e política. O conteúdo deve ser ministrado nas aulas de história e, claro, em todo o currículo escolar, como nas disciplinas de artes plásticas, literatura e música. E isso em todas as escolas de Ensino Fundamental e Médio das redes públicas e privadas.

Outro passo importante foi dado com a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino da História e Cultura Africana e Afro-Brasileiras pelo Conselho Nacional de Educação. Visando regulamentar as alterações trazidas à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional pela Lei 10.639/2003 e buscando assegurar, conforme contempla a Constituição Federal, o direito à igualdade de condições de vida e de cidadania. Bem como o igual direito às histórias e culturas que compõem a nação brasileira, e do direito de acesso às diversas fontes da cultura nacional disponíveis a todos os brasileiros.

Apesar dessas regulamentações serem uma tentativa de reparar os danos psicológicos, materiais, sociais, políticos e educacionais sofridos pela população afrodescendente ao longo da história brasileira, é necessário que haja maior empenho de todos para uma efetiva modificação dessa realidade. Pois ainda se verifica na sociedade brasileira, em geral, e no âmbito educacional, em particular, atitudes que reforçam a exclusão e a discriminação das populações afro-brasileiras (SILVA, 2009).

Também se verifica que a implementação dessas políticas educacionais por parte das escolas ainda se encontra muito aquém do necessário, dado que já se passaram mais de dez anos da publicação da Lei nº 10.639/03 e os currículos escolares ainda não foram adequados integralmente a essa realidade. Ou seja, a efetivação dessa Lei ainda está em construção e é um desafio a ser vencido, pois, sabe-se que há desconhecimento dessa legislação tanto por parte dos gestores públicos como por parte dos profissionais da educação responsável por revisar o currículo escolar referente a essa legislação (ROCHA e SILVA, 2013).

Sendo assim, se faz necessário uma reflexão mais acentuada sobre essa temática a nível regional e local, de modo a conscientizar os responsáveis pela elaboração dos programas e currículos educacionais, educadores e comunidade escolar, a desenvolverem projetos e atividades que contribuam para a efetiva aplicação desses instrumentos normativos. E assim, nós cidadãos, começamos a pagar essa dívida histórica com a maioria da sociedade brasileira que é formada por afrodescendentes.

Nessa perspectiva e com objetivo de ampliar o debate sobre a efetiva aplicação da Lei nº 10.639/03 nas escolas brasileiras, é necessário analisarmos se a educação formal desenvolvida nas Escolas, e as atividades por elas realizadas, têm sido fundamentais para a ampliar o nível de entendimento dos alunos no que diz respeito às questões étnico-raciais. Ou seja, é possível identificar nos alunos que estão finalizando o Ensino Médio um nível de entendimento maior do que aqueles alunos que estão iniciando essa fase escolar?

Portanto, esse trabalho teve como objetivo analisar a implementação do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas brasileiras a partir de um estudo de caso realizado em uma Escola da rede Estadual de Ensino, com os alunos que ingressaram no Ensino Médio em 2014 e com aqueles que já estão em fase de colação de grau no ano de 2014, a fim de observar o nível de entendimento destes alunos sobre essa temática e de refletir sobre o papel que a escola tem desempenhado na formação deles.

Sendo assim, esse trabalho desejou inicialmente fazer um resgate histórico dos principais acontecimentos que fazem parte da cultura afro-brasileira. Partindo do resgate histórico da origem da população negra e traçando algumas reflexões sobre o seu surgimento. Em seguida, refletir sobre os movimentos de resistência negra e participação política como meio de transformação social e combate à discriminação e desigualdades raciais.

O passo seguinte foi contextualizar a conjuntura nacional que permeou a elaboração e publicação da Lei nº 10.639/2003 como proposta de modificar as diretrizes e bases da educação brasileira e ampliar o currículo oficial da rede de ensino para tornar obrigatória a implantação da temática História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas. E refletir sobre o impacto que essas ações podem trazer para a mudança de consciência da sociedade em relação ao papel e a importância do negro na história.

Finalmente, o trabalho pretendeu avaliar a percepção dos alunos do Ensino Médio sobre as questões étnico-raciais. Observando-se o posicionamento tanto dos alunos que estão ingressando no Ensino Médio quanto daqueles que já estão concluindo, com o intuito de verificar a existência de uniformidade em suas percepções e poder avaliar a atuação da escola diante dessa temática.

No desenvolvimento desta pesquisa foram observados alguns fatores limitativos que dificultaram uma compressão mais abrangente da temática em questão. A princípio, os alunos que foram submetidos a questionários possuem idades e níveis culturais diferentes e foram observados em um tempo fixo. Dessa forma não foi possível acompanhar o desenvolvimento intelectual desses alunos ao longo dos anos em que cursaram o Ensino Médio.

Assim, partiu-se do pressuposto de que os alunos recém-iniciados no Ensino Médio já dispõem de um entendimento sobre as questões étnico-raciais. E essa visão de mundo, ao ser influenciado pelas atividades escolares, possibilita uma ampliação desse entendimento de modo a fazer com que o aluno, ao deixar a Escola, já possua um comportamento menos preconceituoso e mais favorável a aceitar o negro como pessoa humana que desempenha um papel relevante na sociedade.

O trabalho está estruturado da seguinte maneira: no Capítulo 02 apresenta-se a fundamentação teórica que foi utilizada como base conceitual para o desenvolvimento da pesquisa; no Capítulo 03, discorreu-se sobre os aspectos metodológicos empregados na realização desse estudo, definindo qual a abordagem metodológica foi utilizada; o delineamento da pesquisa e os instrumentos de coleta e análise de dados empregados. No Capítulo 04, abordou-se a análise e discussão dos resultados e, no último capítulo, concluiu-se apresentando algumas considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para o desenvolvimento deste estudo, foi desenvolvido um minucioso estudo bibliográfico relacionado à temática histórica e cultura afro-brasileira e africana nas escolas brasileiras. Inicialmente, desenvolveu-se um estudo sobre a origem do negro e apresentaram-se algumas reflexões sobre o seu surgimento. Em seguida, mostraram-se os diversos momentos em que os negros participaram dos movimentos político-sociais lutando igualdade e conquistas.

Outro aspecto abordado diz respeito ao contexto nacional que norteou a inserção da Lei n. 10.639/03, no ordenamento jurídico brasileiro. Alterando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” e dá outras providências. Finalmente apresentaram-se as implicações dessa legislação para o sistema curricular nacional.

2.1 DE ONDE VEIO O NEGRO: REFLEXÕES ACERCA DA HISTÓRIA DE SEU SURGIMENTO

É na África onde se encontra a origem do homem segundo os cientistas que em suas pesquisas ressaltaram que as grandes descobertas vieram a partir do continente africano. Destacando o surgimento do *Zanyatropus* da África Oriental, com idade em torno de 1,7 milhões de anos e os *Australopithecus Boisei* ambos descobertos pelos cientistas no ano de 1959. E no ano de 1961 na Tanzânia foi descoberto o *Homo Habilis* com uma idade calculada em 1,8 milhões de ano, denominada por Carl Sagan como o primeiro homem verdadeiro e que o seu surgimento, segundo ele, é quase contemporâneo com o surgimento do *Australopithecus robustus*. Surgiram numa época em que por motivos climáticos, as florestas estavam recuando (SAGAN, 1983, p. 82). “O *homo habilis* habitavam a vasta savana africana, um ambiente extremamente desafiador. Repleto de uma enorme variedade de predadores e presas”. (SAGAN, 1983, p. 83). Segundo essa teoria, foram nessas planícies de relva baixa que surgiram o primeiro homem.

Muitas teorias e hipóteses surgiram sobre a origem do negro. A primeira é de que o negro antes de ter povoado o continente africano teria provido da Ásia. Essa hipótese coincidiu com o descobrimento do homem de Java na China, que naquela época, 1981, era considerado o berço da humanidade foi, sobretudo, utilizado pelos racistas da África do Sul para justificar e legitimar sua ocupação daquela parte da África. Os negos não podiam reivindicar seus direitos nativos enquanto proprietários da terra onde constituíam a maioria, porque era considerado como imigrantes. Essa tese, hoje abandonada, nada mais era do que uma especulação ideológica sem evidencia capaz de servir como fundamento científico.

A segunda, cientificamente mais sólida, é a hipótese defendida por estudiosos africanos, principalmente pelo senegalês Cheikh Anta Diop. Servindo-se de várias comprovações como estudo comparativo das línguas africanas e a língua copta; análise de documentos antigos deixados por filósofos gregos como Heródoto, documentos nos quais os habitantes no Egito foram descritos como pretos, por esses autores antigos; egiptólogos e conhecedores dos hieróglifos, a escrita dos faraós, esses autores analisaram também os antigos documentos egípcios. Chegaram à conclusão que o antigo Egito era um país de negros e que estes teriam surgido no vale do Nilo. Uma das provas de conclusões foi baseada no estudo das múmias dos faraós, pela análise da melanina. Esse estudo mostrou que mais de dez das primeiras dinastias faraônicas eram negas. Foi depois das invasões dos Bérberes e Árabes que a situação racial do Egito modificou-se e que os negros emigraram em direção ao sul para espalharem-se pelas regiões da África, que ocuparam atualmente (SAGAN, 1983).

Em resumo, percebemos que a civilização egípcia, considerada como uma das mais importantes da história, pertence, em grande parte, ao homem negro. Essa civilização não foi apenas anterior as civilizações romanas e grega, mas as influenciou também. Muita gente, nações e grupos por falta de informações e, principalmente, por razões ideológicas negam aos negros a capacidade de desenvolver grandes civilizações ou mesmo tarefas que exijam desenvolvimento e certa capacidade. O negro, apesar de ter criado uma das grandes civilizações, está hoje identificado nos países onde foram escravizados apenas à música e ao futebol, as únicas coisas que ele tem no sangue e a que resumem toda sua inteligência.

2.2 PARTICIPANDO DOS MOVIMENTOS POLÍTICOS

Na Bahia uma espécie de erupção de revoltas, nos anos de 1807, 1809, quando os escravos formaram uma espécie de sociedade secreta intitulada OGBONI, exerceu poderosa influência no combate à escravidão. Quatro anos mais tarde, estourará outra mais violenta e de maiores consequências, onde cerca de seiscentos escravos revoltados tentaram ocupar a capital da província da Bahia, em 28 de fevereiro de 1813.

Este levante foi esmagado a ferro e fogo: muitos prisioneiros. Contudo, não esmoreceram e reiniciaram a organização de um novo movimento para o mês de maio do mesmo ano. Infelizmente abortado devido à traição de um delator. O conde dos Arco vice-rei do Brasil em 1806 a 1808, tratou os cabeças com inaudita: dos 39 prisioneiros, doze faleceram no cárcere, indubitavelmente devido às torturas; quatro foram condenados a morte e executados. O lugar das execuções, ironicamente, se chamava praça da piedade. Os restantes sofreram o humilhante castigo da chibata ou do banimento.

A efervescência social grada pelo regime escravista não arrefecia. Os cativos continuavam lutando contra o instituto que os oprimia, isto na capital e no interior do recôncavo baiano, em cachoeira, na época, grande centro cultural e econômico, de grande importância para a província inteira.

Na revolução Farroupilha ocorrida no Rio Grande do Sul (1835-1845) escravos combateram como aliviados, visto a revolução postular a liquidação do sistema escravocrata no país. Para provar a bravura do negro daremos a palavra a Clóvis de Moura (1981, p. 187):

Não foi apenas um lanceiro, soldado de infantaria ou nas cargas de cavalaria que o negro se destacou pela importância do papel, mas na marinha também. Rafael e Procópio, negros, participaram juntamente com Garibaldi, do combate que as tropas Farroupilhas mantiveram em Camaguã contra Frederico Moringue. Muito da resistência que foi oferecida aquele chefe legalista deve-se à disposição dos escravos que estavam a seu lado.

Revidando ao desumano pró-escravismo do império, os dirigentes da jovem República Farroupilha, Domingos de Almeida, ministro da justiça e interior e Bento Gonçalves, baixaram o decreto que encontramos na página 81 do livro de historiador Clóvis Moura, *Rebeliões da Senzala*. Este movimento revolucionário comprou a liberdade de muitos escravos que se destacaram nas fileiras do exército rebelde – uma exceção à norma tradicional de forçar o escravo a lutar conforme o capricho do senhor e não segundo seus interesses e sua

própria decisão. Um detalhe interessante a ser destacado é que, diante da derrota, os Farrroupilhas exigiam a seguinte cláusula no documento de rendição as forças imperiais: “São livres e como tais reconhecidos os cativos que serviram na Revolução” (Moura, 1988).

Deu para perceber que a posição de escravistas dos Farrapos foi mantida até o fim. Este foi um fato sem precedentes na história da participação do escravo e do negro nos movimentos políticos e militares. Pois como bem sabemos, a regra geral era de que, na derrota semelhante, os africanos escravizados que se rebelaram contra o poder escravizador eram assassinados sem misericórdia, não importando o contexto histórico, variável. Até o presente não dispomos de nenhuma prova de que esta condição imposta pelos derrotados Farrroupilhas foi honrada pelos vencedores imperiais escravocratas.

A participação dos negros não se limitou a esses dois estados. Participaram sim, juntamente com vários movimentos políticos ocorridos em 1839 e no movimento do Balaio ou Balaiada, os negros lutaram aliados aos bem-te-vis, ou seja, à força branca que se opunha ao imperador; os quilombos de Alagoas participaram dos movimentos revolucionários dos cabanos, luta que durou de 1833 a 1841, e em vários outros. Organizaram quilombos, como forma de buscarem eles mesmo suas liberdades e dignidades humana.

O famoso quilombo de Jabaquara, situado na região montanhosa de Santos, tornou-se fortaleza onde se concentrava elevado número de escravos que abandonam em massa as plantações do café, no interior paulista; o quilombo de Campo Grande, 1726, resumindo acima de vinte mil pessoas, além do de Palmares.

Diante desses fatos, é necessário que haja esse resgate dos acontecimentos históricos que fazem parte da formação sociocultural dos países que têm a base racial negra – é o caso do Brasil – principalmente nas instituições educacionais, um dos principais lócus da formação de uma sociedade. Assim, sanar os estereótipos e, ao se reconhecer como integrante relevante nessa formação, sentir-se encorajado para lutar por melhorias e direitos.

Todo brasileiro, mesmo o alvo, de cabelo louro, traz na alma, quando não na alma e no corpo [...] a sombra ou pelo menos a pinta, do indígena ou negro. No litoral, do Maranhão ao Rio Grande do Sul, e em Minas Gerais, principalmente do negro. A influência direta, ou vaga e remota do africano. Na ternura, na mímica excessiva, no catolicismo em que se deliciam nossos sentidos, na música, no andar, na fala, no canto de ninar menino pequeno, em tudo que é expressão sincera da vida, trazemos quase todos a marca da influência negra. Da escrava ou sinhama que nos embalou. Que nos deu de mamar. Que nos deu de comer, ela própria amolengando na mão o bolão de comida. Da negra velha que nos tirou o primeiro bicho de pé de uma coceira tão boa. De quem nos iniciou no amor físico e nos transmitiu, ao ranger da cama, de vento, a primeira

sensação completa de homem. Do moleque que foi nosso primeiro companheiro de brinquedo. (FREYRE, 2006, p. 367).

É essencial que nos reconheçamos integrantes de uma sociedade miscigenada e é imprescindível para o país ensinar às crianças desde seus primeiros contatos com a escola a visão do povo negro e de sua participação na formação da sociedade brasileira, a fim de rever a injustiça histórica estabelecida dentro do meio escolar e a perda do respeito às tradições, expressão culturais e sociais e aos costumes dos africanos que consolidaram a identidade nacional (PEREIRA, 1987).

Nesse contexto, a Lei 10.639/03 surge como possibilidade para a concretização legal dessa iniciativa. De acordo com o Ministério da Educação (2008, p.10), ao apresentar as Contribuições para a Implementação da Lei 10.639/2003, pode-se considerá-la como um ponto de chegada de uma luta histórica da população negra para se ver retratada como o mesmo valor dos outros povos que vieram para Brasil. É, ao mesmo tempo, um ponto de partida para uma mudança social. Significando uma profunda ruptura na política educacional que possui um tipo de postura pedagógica na qual não se reconhece as diferenças resultantes do processo de nossa formação nacional.

2.3 A LEI Nº 10.639 DE 09 DE JANEIRO DE 2003

O longo período da história das lutas e reivindicações do movimento social negro brasileiro foi marcado também pelo desejo e pela necessidade de inserir, no sistema educacional formal das instituições de ensino, um currículo que desenvolvesse a temática antirracista e trabalhasse as questões referentes ao ensino da história e cultura afro-brasileira e africana.

Segundo Silva (2013, p. 42), ao identificarem a invisibilidade do negro e a reprodução da discriminação racial nos diversos setores sociais e, sobretudo, no setor educacional os movimentos sociais negros “passaram a incluir na agenda de reivindicações junto ao Estado brasileiro estudos que contemplassem a pesquisa, o ensino da História da África, dos africanos e a cultura afro-brasileira nos currículos nacionais”.

Como fruto dessas reivindicações, no dia 09 de janeiro de 2003 foi sancionada a Lei 10.639/03, alterando a Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelecendo que as Diretrizes e Bases da Educação Nacional têm

como obrigatoriedade a inclusão no currículo oficial das redes de ensino o tema “História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”. A redação da Lei 10.639/03 determina e finalmente implementa o a temática da questão racial no Brasil, conforme segue:

Art. 1º. A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

§ 3º (VETADO)

Art. 79-A. (VETADO)

Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como ‘Dia Nacional da Consciência Negra’.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Com a sanção dessa lei, ficou estabelecida a inclusão, no currículo oficial, do estudo da História da África e dos Africanos, da luta dos negros no Brasil, da cultura negra brasileira e do negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas sociais, econômicas e políticas do Brasil.

A etapa seguinte à publicação da Lei 10.639/03 foi o estabelecimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana, aprovada pelo Conselho Nacional de Educação através do Parecer CNE/CP 003/2004 de 10/03/2004. O parecer procura oferecer uma resposta na área da educação à demanda da população afrodescendente, no sentido de políticas de ações afirmativas, ou seja:

políticas de reparações, e de reconhecimento e valorização de sua história, cultura, identidade. Trata, ele, de política curricular, fundada em dimensões históricas, sociais, antropológicas oriundas da realidade brasileira, e busca combater o racismo e as discriminações que atingem particularmente os negros. Nesta perspectiva, propõe A divulgação e produção de conhecimentos, a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial – descendentes de africanos, povos indígenas, descendentes de europeus, de asiáticos – para interagirem na construção de uma nação democrática, em que todos, igualmente, tenham seus direitos garantidos e sua identidade valorizada. (Parecer CNE/CP 003/2004 de 10/03/2004).

Ao longo dos dez anos de vigência da Lei 10.639/03, percebe-se que as diversas instâncias dos governos federal, estadual e municipal buscaram estabelecer estratégias para o seu cumprimento (ROCHA, 2006). No entanto, é sabido que a existência de uma lei não significa que sua aplicação será cumprida pela sociedade, pois a construção histórica não se apaga com lápis e papel, são necessárias políticas públicas e, sobretudo, adesão da população.

Segundo Fernandes (2005), embora a Lei represente um avanço na medida em que possibilita a construção de um multiculturalismo crítico na escola brasileira e reconhece uma luta histórica do movimento negro em nosso país, não se pode esquecer que muito ainda precisa ser feito para que a Lei não se torne letra-morta e venha contribuir, de fato, para uma educação multicultural.

Enfim, espera-se que com estas conquistas possamos, a médio e longo prazo, tornar mais próximas da sociedade a história de um povo que foi essencial para a formação brasileira; mas que por questões políticas, de discriminação e etc. foi encoberta e, quando propagada, na maioria das vezes ocorreu de maneira deturpada.

3 METODOLOGIA

Quando nos propomos a estudar uma dada problemática social, sabemos que nela estão inseridas redes complexas de relacionamentos que requerem um olhar particular por parte do pesquisador. Para estudar a problemática social relacionada ao papel do povo afrodescendente em nosso país, foi realizada uma pesquisa pautada na análise da implementação do ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana nas escolas brasileiras, a partir de um estudo de caso realizado em uma Escola de Ensino Médio da rede Estadual de Educação do Estado da Paraíba.

A metodologia utilizada para desenvolver este estudo foi fundamentada em uma análise teórica disposta em duas categorias: histórica e política. Com isso, buscou-se um melhor entendimento acerca da história do negro, como também da implementação da temática na educação formal brasileira, especificamente na Escola onde foram desenvolvidas as atividades de pesquisa.

3.1 ABORDAGEM METODOLÓGICA

Para o desenvolvimento deste estudo foi utilizada uma abordagem metodológica qualitativa que, na visão de Richardson (2010, p. 90) é caracterizada como uma tentativa de compreender de maneira detalhada os significados e as características das situações apresentadas pelos entrevistados. Assim, possibilitando analisar o significado que os indivíduos atribuem às suas ações.

Dessa forma, com a abordagem qualitativa, buscou-se compreender os diversos significados que os estudantes atribuem a questão racial no Brasil, a forma como a população negra é vista pela comunidade escolar e o relato das diversas experiências sobre racismo e desigualdade raciais por eles vivenciadas.

Por outro lado, também foram empregados recursos metodológicos de natureza quantitativa para expressar os resultados das observações e auxiliar na interpretação dos dados. Esse método quantitativo é, conforme Richardson (2010, p. 70), caracterizado

Pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples [...] às mais complexas [...]. Tem como intuito garantir a precisão dos resultados, evitar distorções de análise e interpretações.

Dessa forma, aplicou-se os recursos da estatística descritiva a fim de obter subsídios que possibilitassem a realização de inferências com um nível de razoável segurança. Além de disso, utilizou-se essa técnica para estruturação e apresentação das informações de modo mais sucinto e eficiente por meio de quadros e tabelas.

3.2 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Quanto ao delineamento da pesquisa, optou-se por empregar o estudo de caso que tem como característica “o estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado” (GIL, 2006 p. 73). Nesse aspecto, foram definidos os alunos das séries iniciais e finais (1ª e 3ª séries) do Ensino Médio de uma Escola da rede Estadual de Ensino para serem objeto de investigação e observação no que diz respeito ao conhecimento e posicionamentos em relação à História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

3.3 NATUREZA DA PESQUISA

No que diz respeito à natureza da pesquisa, foi realizado um estudo exploratório, visando a uma melhor análise acerca dos impactos produzidos pela lei 10.639/03 em uma Escola da Rede Estadual de Ensino localizada na região agreste do Estado da Paraíba. Embora já exista diversos trabalhos abordando essa temática, foi empregado um estudo exploratório por se tratar de uma questão pouco investigada a nível local, especificamente em escolas localizada no interior do Estado da Paraíba onde, historicamente, as implementações e modificações sofrem certas demoras para serem efetivamente executadas.

3.4 INSTRUMENTO DE COLETA DOS DADOS

Como instrumento de coleta dos dados, foi aplicado um questionário com os estudantes a fim de identificar os conhecimentos deles com relação à temática racial. Utilizou-se essa técnica por considerá-la um instrumento de coleta de dados que permite observar não só as características de um indivíduo (ou grupo) como também possibilitar a descrição desses indivíduos (RICHARDSON, 2010, p. 189).

O tipo de questionário empregado foi o que combina perguntas abertas e fechadas. As perguntas abertas são caracterizadas por afirmações que levam o entrevistado a responder com frases ou orações, tendo a liberdade de manifestar sua opinião. Assim, foram determinadas 05 questões abertas para que os alunos pudessem discorrer sobre a temática raciais e sobre o papel da população afrodescendente no contexto atual na sociedade brasileira.

Já as perguntas fechadas, por sua vez, apresentam categorias ou alternativas de respostas preestabelecidas, de modo que o entrevistado tivesse que respondê-las observando-se as características que mais se ajustam ao seu posicionamento. Nesse sentido, foram apresentadas 15 questões para que os discentes escolhessem aquela que mais se assemelhasse ao posicionamento deles.

3.5 SUJEITOS DA PESQUISA

Esta pesquisa foi realizada na **Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Major Antônio de Aquino** localizada no município de Mulungu, microrregião de Itabaiana, Agreste do Estado da Paraíba. Cidade que possui população estimada para 2014, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em 9.796 habitantes.

A amostra utilizada neste estudo correspondeu a 74 alunos escolhidos de forma aleatória entre os estudantes matriculados na primeira e terceira séries do Ensino Médio no ano de 2014. O Quadro 1 abaixo apresenta o percentual de alunos, em cada série, que participaram da pesquisa e responderam ao questionário:

Quadro 1: percentual de alunos que responderam ao questionário.

Série/Ano	Frequência	Percentual (%)
1ª Série	35	47,3
3ª Série	39	52,7
Total	74	100,0

Fonte: dados da pesquisa.

Assim, foram distribuídos aleatoriamente 35 questionários entre os alunos da primeira série do Ensino Médio e 39 questionários para aqueles que estão em fase de conclusão do ensino básico, ou seja, 52,7% dos alunos que responderam ao questionário estão cursando o 3º ano de Ensino Médio. Vale salientar que todos os participantes responderam às 15 questões abertas que foram propostas.

3.6 ANÁLISES QUALITATIVA

A partir das respostas apresentadas pelos alunos, foram realizadas tabelas com o perfil dos entrevistados para apresentar as características dos participantes e o nível educacional ao qual eles estão inseridos. Ou seja, foi classificado em forma de tabela o quantitativo de alunos que participaram desse estudo. Nesta classificação, observou-se o número de alunos que está na 1ª série do Ensino Médio e o total de discentes que está em fase de conclusão de curso.

Após feita essa separação, verificou-se o posicionamento de cada um dos conjuntos de alunos e analisou-se o que eles compreendiam acerca da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Em seguida, fez-se uma análise daquilo que os alunos apresentaram como resposta e buscou-se caracterizar essas informações segundo o nível de conhecimento adquirido pelo aluno na problemática em questão.

Feita essa caracterização, foi realizada uma análise comparativa das respostas com objetivo de verificar se a série a qual o aluno está estudando está diretamente relacionada ao nível de conhecimento que eles possuem desse tema. Nesta etapa, observou-se a profundidade das respostas e associá-la com a série que ele está estudando.

Finalmente, feita essa associação, foi possível inferir se os alunos com maior nível acadêmico compreendem a temática com maior facilidade. Neste caso, buscou-se compreender o papel da escola nesse desenvolvimento intelectual do aluno na temática em

estudo. Assim, foi possível definir se, à mediada que os alunos estão avançando no Ensino Médio, a Escola tem tratado das questões raciais de modo que o aluno chegue ao final dessa etapa de ensino com uma compreensão mais bem elaborada e consciente do que aqueles alunos recém ingressos na Escola.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Após a aplicação dos questionários com os 74 alunos do Ensino Médio, apresentam-se os aspectos mais relevantes que foram identificados neste estudo de caso em relação à implementação da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas a partir da promulgação da Lei Nº 10.630, de 09 de janeiro de 2003. Inicia-se apresentando as principais características dos alunos que responderam ao questionário, qual a faixa etária deles e como estão distribuídos em relação sua cor da pele ou raça. Em seguida, apresenta-se a percepção dos alunos em relação ao preconceito racial e sobre a igualdade de oportunidades entre as diversas etnias. Finalmente, comenta-se o posicionamento dos alunos sobre questões relacionadas a História dos Afrodescendentes em solo brasileiro e as diversas manifestações culturais deixada como legado para a nossa geração.

4.1 CARACTERÍSTICA DOS ALUNOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

Inicialmente, verificou-se a faixa etária dos participantes da pesquisa com o propósito de situá-los no contexto educacional a partir das suas experiências pessoais, ou seja, ao se definir a idade dos respondentes está se estabelecendo um parâmetro capaz de situar os sujeitos da pesquisa em um nível de maturidade que seja possível perceber as conexões entre a série que aluno está matriculado e o perfil das respostas por ele apresentadas.

Sendo assim, apresenta-se na Tabela 1 o percentual de alunos em relação à faixa etária e compara-se com a série a qual ele está matriculado:

Quadro 2: percentual de alunos entrevistados por série e por faixa etária

Série/ano	Alunos	Menos de 14 anos	De 14 a 16 anos	De 17 a 19 anos	Mais de 20 anos	Total (%)
1ª Série	35	2,9 %	62,9 %	21,7 %	8,6 %	100,0
3ª Série	39	0,0 %	7,7 %	51,3 %	41,0 %	100,0
Todos	74	1,4 %	33,8 %	39,2 %	25,7 %	100,0

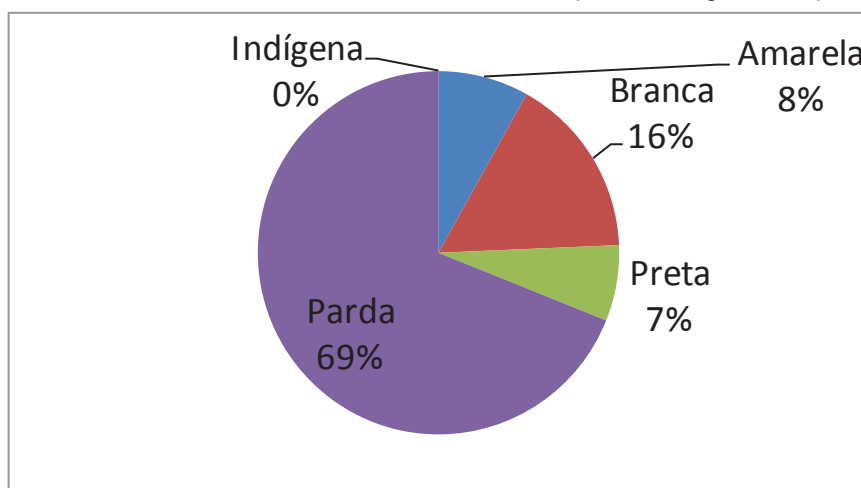
Fonte: dados da pesquisa.

Verifica-se que a maior parte dos alunos está inserida na faixa etária entre 14 e 20 anos; de modo que entre os estudantes da 1ª série 62,9% possuem idade entre 14 e 16 anos.

Por outro lado, os discentes que estão concluindo o Ensino Médio possuem idade compreendida entre 17 e 19 anos. Além disso, considerando-se o conjunto dos 74 estudantes, tem-se o percentual de 39,2% com idade de 17 a 19 anos. Portanto, são discentes que estão adequadamente inseridos na série correspondente a sua faixa etária e, desse modo, presume-se que passaram por todas as etapas de ensino sem passar por reprovações ou desistências.

Outras informações importantes sobre a amostra analisada são com relação à cor da pele ou raça dos participantes, questão importante que pode ter implicações diretas nas respostas apresentadas. O Gráfico 1 destaca essas informações:

Gráfico 1: Perfil dos alunos em relação à cor da pele ou raça.



Fonte: dados da pesquisa.

As categorias referentes à cor da pele utilizadas na pesquisa foram definidas conforme apresentação adotada pelo IBGE – branca, preta, amarela, parda ou indígena. Sendo assim, observa-se que 69% dos participantes são autodeclarados pardos, categoria que, segundo OSÓRIO (2003), corresponde àquelas pessoas mestiças resultante da miscigenação das outras categorias raciais “puras” da classificação. Por outro lado, verificou-se que 16% dos alunos pesquisados são considerados de cor branca. Cabe ainda destacar que não foram identificados alunos com características indígenas.

Apresentadas essas características iniciais dos alunos que responderam ao questionário de pesquisa, passa-se a analisar os tópicos relacionados ao entendimento dos estudantes sobre a temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”.

4.2 PERCEPÇÃO DOS ALUNOS SOBRE PRECONCEITO RACIAL

Com relação à percepção dos alunos em relação ao preconceito racial, foi proposto um questionamento com o objetivo de avaliar se eles têm conhecimento a respeito da existência, na sociedade atual, de casos concretos de pessoas que passaram por situações latentes de preconceito e discriminação racial. Na primeira indagação, obtiveram-se os seguintes resultados:

Quadro 3: Percepção dos alunos em relação à existência do preconceito racial

Alunos	Em relação ao preconceito racial você acha que:				Total (%)
	Existe, mas é ignorado.	Existe e é muito debatido e analisado.	Existe, mas não é mostrado claramente.	Não existe.	
1ª Série	28,6%	45,7%	22,9%	2,9%	100,0
3ª Série	28,2%	53,8%	17,9%	----	100,0
Todos	28,4%	50,0%	20,3%	1,4	100,0

Fonte: dados da pesquisa.

É visível que não há divergências de posicionamento entre os alunos de 1ª série e 3ª séries no tocante a existência, na sociedade atual, de preconceito e discriminação racial. Observa-se que entre os alunos da 1ª série do Ensino Médio 45,7% consideram que o preconceito de fato existe e que a sociedade tem debatido e discutido muito a esse respeito; entendimento que é corroborado por 53,8% dos alunos da 3ª série e 50% dos participantes considerando toda a amostra (74 alunos) analisada.

Por outro lado, é bom destacar que aproximadamente 28% dos alunos acreditam que o preconceito existe, porém, não é considerado pela sociedade; ou seja, na concepção desses alunos muitos casos de preconceito racial são simplesmente ignorados e as pessoas se omitem diante destas situações não levando em consideração os malefícios produzidos pela segregação racial.

É oportuno também realçar que entre os alunos da 1ª série foi possível apontar que 2,9% deles simplesmente desconsideraram qualquer existência de preconceito na sociedade atual. Assim, cabe uma reflexão sobre o papel que a escola tem desempenhado na formação cultural destes alunos no que tange as questões étnico-raciais. Será que a durante toda a trajetória escolar destes estudantes ensino fundamental não houve oportunidades de reflexão

que pudessem ser debatidas as questões raciais? Ou simplesmente os alunos, que manifestaram esse pensamento não levaram em consideração os diversos casos de racismo e preconceito presentes na nossa sociedade, inclusive manifestado publicamente através da mídia?

O fato é que, embora seja um pensamento minoritário, ainda se encontra, no ambiente escolar, pessoas que demonstram um posicionamento contido em relação às questões raciais. O que vai de encontro aos objetivos proposto pela Lei 10.639/2003 quando estabelece a obrigatoriedade de se inserir nos currículos escolares conteúdos relacionados com a História e Cultura Afro-Brasileira e, sendo assim, todos esses alunos já deveriam ter um mínimo de apreciação frente essa temática.

Também foram propostas questões referentes ao conhecimento dos alunos sobre a observação de casos concretos sobre preconceito racial. Assim, foram indagados se eles já foram vítimas de preconceitos ou se já viram algum caso específico que ficou caracterizado como discriminação ou injúria racial. As respostas foram tabuladas e apresentadas no quadro a seguir:

Quadro 4: experiências vividas pelos alunos que se configuram como segregação racial

Alunos	Já foi vítima de algum tipo de preconceito racial?			Já viu casos de segregação racial na sua Escola?		
	Sim	Não	Total	Sim	Não	Total
1ª Série	28,6%	71,4%	100,0%	14,3%	85,7%	100,0%
3ª Série	35,9%	64,1%	100,0%	41,0%	59,0%	100,0%
Todos	32,4%	67,6%	100,0%	28,4%	71,6%	100,0%

Fonte: dados da pesquisa.

As informações contidas no quadro acima mostram que a maioria dos alunos não vivenciou experiências de preconceito ou injúria racial, quer seja na escola, quer seja em outras situações. Verifica-se entre os alunos da 1ª série, que informaram não ter vivido experiências preconceituosas, também não presenciaram, na escola, situações desta natureza. No entanto, vale destacar que mesmo assim ainda há um índice de 14,3% dos alunos que presenciaram essas experiências que se configuraram com preconceito ou injúria racial. Assim, é possível depreender que ainda persistem, no interior das escolas, situações, que inferiorizam as pessoas afrodescendentes.

Se observarmos o percentual apresentados pelos estudantes da 3ª série fica ainda mais evidente que, embora a maior parte deles não tenha passado por situações de

constrangimento racial, ou ao menos presenciado situações com essas características, há sim casos de preconceito tanto fora quanto dentro da escola. Há de se destacar também que esses alunos estão em fase de conclusão do Ensino Médio, o que sinaliza para o fato de que, nessa etapa de formação, eles já tenham passado mais tempo na escola e tenha observado situações preconceituosas em maior grau do que os alunos que concluíram o Ensino Fundamental.

4.3 PERCEPÇÃO DOS ALUNOS SOBRE IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

Outro momento da pesquisa envolveu o conhecimento dos alunos em relação à igualdade de oportunidades para negros e para brancos. Foi questionado sobre o que os alunos pensam quando se fala sobre em igualdade de oportunidades na sociedade brasileira. As informações apresentadas pelos alunos estão dispostas no quadro a seguir.

Quadro 5: percepção dos alunos sobre igualdade de oportunidades para negros e brancos

Alunos	Igualdade de oportunidade para negros e brancos.				Total (%)
	Existe e pode ser vista na prática.	Existe apenas na imaginação das pessoas.	Nunca existiu.	Nunca vai existir.	
1ª Série	51,4%	42,9%	2,9%	2,9%	100,0
3ª Série	20,5%	51,3%	2,6%	25,6%	100,0
Todos	35,1%	47,3%	2,7%	14,9%	100,0

Fonte: dados da pesquisa.

Como pode ser observado no Quadro 5, os alunos da 1ª Série do Ensino Médio afirmaram que a igualdade de oportunidades para os afrodescendentes e para os brancos existe e pode ser vista na prática, ou seja, 51,4% entendem que as possibilidades de negros e brancos exercerem os mesmos papéis na sociedade atual são as mesmas.

Dessa forma, se retomarmos as informações do Quadro 3 veremos que esse mesmo grupo de alunos (representando 45,7% dos participantes da pesquisa) considera que na sociedade brasileira atual o preconceito ainda subsiste e é amplamente discutido. Sendo assim, observa-se uma latente contradição entre os posicionamentos apresentados, ou seja, um nível amplo de preconceitos e discriminações ainda corriqueiro na nossa sociedade não se coaduna com um nível de igualdade de oportunidade entre diferentes etnias.

Essa contradição justifica a necessidade de se implementar as ações propostas pela Lei Nº 10.639/03, pois fica evidente que os alunos, recém egressos do Ensino Fundamental, não têm demonstrado uma percepção muito clara sobre as questões étnico-raciais que permeiam o cotidiano de nossa sociedade. É preciso, portanto, dar efetividade a essa regulamentação inserindo no currículo escolar atividades que possam sanar essas possíveis lacunas no processo ensino-aprendizagem desses alunos.

Dessa forma, este estudo vem corroborar o que Silva (2013, p.109) apresentou em sua dissertação ao mostrar que ainda há muito a fazer, de modo que os jovens negros, os professores, a escola e toda a comunidade escolar devem permanecer atentos

a fim de cultivar, em si mesma e em seus alunos, confiança na capacidade própria, orgulho de pertencimento étnico, seu grupo social, autonomia de pensamento e ação, controle de preconceitos e de atitudes discriminatórias, solidariedade, colaboração e criticidade, aspectos considerados por nós como imprescindíveis a uma educação antirracista.

Como proposta inicial, acredita-se que um trabalho mais efetivo no Ensino Fundamental seria mais favorável para que as crianças, já no início do seu desenvolvimento, começassem a entender que a sociedade ainda alimenta uma exclusão dos afrodescendentes. E que essa dívida histórica precisa ser reparada não só pelas autoridades políticas – através de políticas públicas afirmativas – mas também pela sociedade em geral que precisa compreender a importância do negro na formação do nosso país e trata-los sem qualquer tipo de discriminação.

O Quadro 5 também mostra que os alunos da 3º série já apresentam um pensamento mais crítico em relação a temática: 51,3% dos estudantes afirmaram que a igualdade de condições entre negros e brancos existe apenas no imaginário das pessoas. Ou seja, a realidade mostra que, de fato, ainda não se chegou num nível de igualdade que permita, ao negro, as mesmas oportunidades que os considerados brancos possuem.

Esses alunos (25,6%) também apresentaram que, nas condições atuais, essa igualdade nunca irá existir. Verifica-se, com isso, indícios de que os estudantes não possuem uma expectativa favorável à mudança dessa realidade. Assim é possível cogitar que a escola deva ter como propósito intensificar as ações educativas para formar um posicionamento, não somente crítico frente a essas demandas, como também motivador para que os alunos se tornem agentes participativos capazes de provocar mudanças na sociedade ao exercerem sua cidadania, ou seja, deve-se prepara os alunos para lutarem por modificar essa realidade ainda discriminatória.

4.4 SOBRE A HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA

Feitas essas considerações iniciais que buscou uma visão geral dos alunos sobre as questões étnico-raciais a partir de questões objetivas, passa-se a analisar os aspectos subjetivos das questões propostas no que diz respeito a história e a cultura afro-brasileira e africana. Para isso, foram propostas cinco questões subjetivas para que os alunos propusessem suas convicções pessoais sobre o que eles já haviam estudado e o que se tornou mais pertinente para eles.

Na primeira questão, foram conduzidos a falar abertamente sobre o que já haviam estudado sobre história e cultura afro-brasileira. Surpreendeu-nos que grande parte dos alunos, tanto da 1ª série quanto da 3ª série, não conseguiram desenvolver, por escrito, um pensamento sistemático elencando os diversos temas que já haviam estudado. No entanto, alguns alunos propuseram a escrever um pouco dos temas que outrora já haviam estudado. Assim, apresentaram que os temas estudados foram: os sofrimentos dos negros quando chegaram no Brasil no período da escravidão, a religião e alguns aspectos culturais como a dança e a capoeira.

Num segundo momento, os alunos tiveram que formalizar um pensamento sobre as manifestações culturais do negro no Brasil. Novamente, não houve um *feedback* que permitisse avaliar o quanto os alunos são conhecedores do tema proposto. Apenas um dos alunos fez alusão ao fato de algumas das manifestações culturais do negro no Brasil serem protegidas pelo patrimônio histórico e cultural brasileiro.

Na questão seguinte, os alunos tiveram que expressar sua opinião sobre o que deveria ser feito para acabar com as formas de preconceitos ainda presente em nosso país. Esse item foi o que obteve maior índice de respostas por parte dos alunos. A maioria deles mencionou que era preciso haver uma legislação mais rígida contra as pessoas que manifestam posicionamentos preconceituosos. Destaca-se, a seguir, uma das respostas apresentadas por uma aluna da 3ª série: “uma lei muito rígida contra essas pessoas preconceituosas negros ou brancos, em fim todos nós somos todos iguais porque não pela cor que iremos julgar e sim pelo caráter de cada ser humano”.

Outro depoimento a ser destacado, também de uma aluna da 3ª série, faz referência ao caráter como fator distintivo entre as pessoas e não a cor da pele. Assim, segundo ela, para acabar com as formas de preconceito em nosso país, as pessoas devem perceber que “somos todos iguais e que não é a cor da pele que vai diferenciar o caráter e as possibilidades de fazer qualquer coisa como todo mundo. Quando duas mãos se encontram refletem no chão a sombra da mesma cor”.

Por último, foi sugerido que os alunos apresentassem as contribuições mais importantes que os afrodescendentes deixaram para o Brasil. Aqueles que responderam, mostraram que os negros deixaram, em nosso país, um grande legado cultural. Entre esses legados, destacam-se, a culinária, a capoeira, a religião e a música.

Portanto, diante dessas constatações, observa-se que, quanto se pretende comparar a percepção dos alunos que estão iniciando o Ensino Médio com a percepção dos alunos que estão concluindo essa etapa de ensino, verifica-se que não há diferenciação entre o nível de entendimento dos alunos sobre as questões étnicas.

No entanto, esperava-se que os alunos do 3º ano, por estarem em processo de conclusão do ensino básico exibissem um conhecimento mais aprofundado sobre a temática de história e cultura afro-brasileira. Porém, ficou evidente na pesquisa que nas duas séries analisadas ocorreu uma homogeneidade de posicionamento dos alunos ao responderem ao questionário.

Por isso, é possível inferir que esses alunos têm passado por diversas etapas de ensino e não estão tendo a oportunidade de aprofundar-se no entendimento da temática racial a ponto de, ao chegarem ao final do último ano da educação básica, exibirem uma consciência mais crítica frente aos problemas envolvendo as questões raciais.

Diante de todos esses fatos, é notória a necessidade de a escola empenhar-se na luta pela igualdade racial, criando espaços de discussão e informação para envolver mais os alunos no enfrentamento e na luta por uma sociedade mais justa e igualitária. Onde não exista nenhuma forma de preconceito ou discriminação. É preciso que haja um compromisso da escola em desenvolver uma educação antirracista e a efetiva implementação da Lei nº 10.639/03 nas escolas brasileiras será um grande avanço em busca desta conquista.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao desenvolver este trabalho, buscou-se analisar a implementação do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas brasileiras a partir de um estudo de caso realizado em uma Escola da rede Estadual de Ensino do Estado da Paraíba, com alunos da 1ª e 3ª série do Ensino Médio, com o propósito de observar o nível de entendimento destes alunos sobre essa temática e de refletir sobre o papel que a escola tem desempenhado na formação deles.

Os resultados mostraram que não há divergências de pensamentos entre os alunos da 1ª série e 3ª séries no que diz respeito à existência preconceito e discriminação racial. A maior parte dos alunos considera que o preconceito de fato existe e que a sociedade tem debatido e discutido muito a esse respeito. No entanto, uma pequena parcela dos alunos simplesmente ignorou qualquer existência de discriminação na sociedade atual afirmando que o preconceito não existe.

Embora esse seja um pensamento minoritário ainda se encontra no ambiente escolar pessoas que manifestam um posicionamento limitado em relação às questões raciais. Fato que contraria os propósitos apresentados pela Lei 10.639/2003 e fortalece a tese de que a escola não está efetivamente inserindo, em sua matriz curricular, conteúdos sobre a História e Cultura Afro-Brasileira.

Verificou-se também que os alunos da 1ª série não passaram por experiências característica de preconceito ou injúria racial quer seja na escola ou em outro ambiente. Mas os alunos da 3ª série afirmaram ter visto casos inclusive dentro da própria escola, ou seja, ainda persistem, no ambiente escolar situações que inferiorizam as pessoas afrodescendentes.

Em se tratando de igualdade racial, os alunos da 1ª série apresentaram respostas explicitamente contraditória, ou seja, ao mesmo tempo em que consideram ainda haver preconceito e discriminação entre brancos e negros, segundo eles, na prática existe igualdade de oportunidade para ambos.

No que se refere às questões subjetivas, a maior parte dos alunos não respondeu aos quesitos propostos. E, tanto os alunos da 1ª série quanto os da 3ª série, mostraram não ter condições cognitivas para formalizar, por escrito, um pensamento sistemático sobre a história e a cultura afro-brasileira. Percebeu-se que eles apresentaram muitas dificuldades em expressar por escrito o que foi estudado sobre essa temática, sobre as diversas contribuições

deixadas pelos negros, sobre as manifestações culturais, e o que deve ser feito para reduzir as diversas formas de preconceitos ainda existentes.

Por tudo isso, observa-se que a implementação da Lei Nº 10.639/03 precisa ser amplamente efetivada, pois fica evidente que os alunos, recém egressos do Ensino Fundamental, não se posicionam criticamente sobre esses aspectos. Enquanto que os discentes em fase de conclusão do Ensino Médio, embora já apresentam um nível de maturidade um pouco mais elevado, ainda muito limitado.

Portanto, é necessário o desenvolvimento mais um trabalho mais intenso não só Ensino Fundamental como também no Ensino Médio para que o ambiente escolar possa formar pessoas dispostas a lutar para que essa dívida histórica com os afrodescendentes possa ser reparada pelas autoridades políticas – através de políticas públicas afirmativas – e por todos os cidadãos do nosso país.

A escola precisa se empenhar com mais afinco na luta pela igualdade racial, criando espaços para o diálogo e disseminação das informações voltadas para o resgate da história e cultura Afro-brasileira e africana sob a perspectiva de reconhecer que os negros foram e serão importantes para a construção da sociedade a qual vivemos.

E esse trabalho é um primeiro passo no sentido de identificar sistematicamente as fragilidades do processo ensino-aprendizagem numa perspectiva voltada para a inserção no currículo escolar da temática história e cultura afro-brasileira. A partir dessa proposta inicial, seria fundamental que a Escola (que foi objeto de investigação nesta pesquisa) utilizasse dessas informações como subsídio para um projeto mais amplo de diálogo e apresentação de propostas voltada para a adequação de seu programa curricular aos preceitos definidos pela Lei Nº 10.639/03.

A partir da proposta apresentada por esta pesquisa abre-se espaço para a construção de novos conhecimentos através de outros estudos semelhantes. Assim, propõem-se que novos estudos sejam realizados ampliando-se o escopo investigativo para todo o Ensino Fundamental e Médio. Também seria oportuno um estudo mais participativo no sentido de acompanhar todo o desenvolvimento de um grupo ao longo de todos o Ensino Médio. Observando desde o momento em que eles iniciaram a 1ª série até concluírem o ensino básico e avaliando o quanto a escola influenciou a sua formação em relação à temática étnica-racial.

6 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação**. Conselho Pleno. Parecer CNE/CP 3/2004. Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para O Ensino de História e Cultura afro-brasileira e Africana. Brasília, Ministério Da. Educação, 2004. (<http://portal.mec.gov.br/>). Acesso em: 15 set. 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nºs 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nºs 1/92 a 71/2012 e pelo Decreto Legislativo nº 186/2008. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012.

BRASIL. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Brasília: MEC/SECAD, 2009.

BRASIL. **Lei nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Diário Oficial da União, 10 de janeiro de 2003.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. Ensino de história e diversidade cultural: desafios e possibilidades. **Caderno Cedes**. Campinas/SP, 2005. vol. 25, n. 67, p. 378- 388, set./dez.

FREYRE, G. **Casa Grande & Senzala**. II Tomo. São Paulo. Edição José Olympio, 1966.

GIL, A.C. **Métodos e Técnicas de pesquisa social**. 5ª ed. 7ª reimp. São Paulo: Atlas, 2006.

MARX, Karl. **O dezoito Brumário e cartas a Kugelmann**. 2ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Contribuições para implementação da Lei 10.639/2003**. Brasília: UNESCO/MEC, 2008.

MOURA, Clóvis. **Os Quilombos e a rebelião negra**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. **Rebeliões da senzala - quilombos, insurreições, guerrilhas**. Mercado Aberto, Porto Alegre, 1988 (1ª edição: 1959).

OSORIO, R. G. **O Sistema classificatório de cor ou raça do IBGE**. Brasília: Ipea, 2003.

PEREIRA, J. **A criança Negra: identidade étnica e socialização**. Universidade de São Paulo, 1987.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3.ed. 11ª reimpressão. São Paulo, Atlas, 2010.

ROCHA, L. **Políticas afirmativas e educação: a Lei 10.639/03 no contexto das políticas educacionais no Brasil contemporâneo**. Curitiba, 2006.

ROCHA, S. P.; SILVA, J. A. N. À luz da Lei 10.639/03, avanços e desafios: movimentos sociais negros, legislação educacional e experiências pedagógicas. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as)** - ABPN, v. 5, p. 55-82-82, 2013.

SAGAN, Carl. **Os dragões do Éden**. Círculo do Livro S.A, 1983.

SILVA, Francisca Cordélia Oliveira. **A construção social das identidades étnico-raciais: uma análise discursiva do racismo no Brasil**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Linguística. Universidade de Brasília, 2009.

SILVA, Nanicleison José. **Relações Étnico-Raciais: um estudo sobre os impactos da Lei nº 10.639/03 no cotidiano da escola**. Lisboa, 2013, 172 fls. Dissertação (Mestrado em Ciência da Educação) – Programa de Pós- Graduação em Ciência da Educação. HLHT, 2013.

APÊNDICE A

QUESTIONÁRIO – PERCEPÇÃO DOS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO ACERCA DOS TEMAS REFERENTES À HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA.

SÉRIE/ANO: _____ TURMA: _____ TURNO: _____

2. FAIXA ETÁRIA:

Menos de 14 anos De 14 a 16 anos De 17 a 19 anos Mais de 20 anos

3. SEXO: MASCULINO FEMININO

4. COR/RAÇA:

AMARELA BRANCA PRETA PARDA INDÍGENA

5. EM RELAÇÃO AO PRECONCEITO RACIAL VOCÊ ACHA QUE:

- Existe, mas é ignorado
 Existe e é muito debatido e analisado
 Existe, mas não é mostrado declaradamente
 Não existe.

6. VOCÊ JÁ FOI VÍTIMA DE ALGUM TIPO DE PRECONCEITO RACIAL?

Sim Não

7. JÁ VIU ALGUÉM SER VÍTIMA DE PRECONCEITO RACIAL?

Sim Não

8. NA SUA ESCOLA, VOCÊ JÁ VIU CASOS DE SEGREGAÇÃO RACIAL?

Sim Não

9. QUANDO SE FALE EM IGUALDADE DE OPORTUNIDADES PARA NEGROS E BRANCOS NA SOCIEDADE BRASILEIRA VOCÊ ACHA QUE:

- Existe e pode ser visto na prática essa igualdade
 Está apenas na imaginação das pessoas, pois não se observa nenhuma igualdade
 Nunca existiu
 Não vai existir nunca essa igualdade.

10. QUAIS FATORES VOCÊ CONSIDERA QUE COLABORAM PARA A EXISTENCIA DE POUCAS PESSOAS DE ORIGEM NEGRA NAS UNIVERSIDADES E EM TRABALHOS IMPORTANTES NA SOCIEDADE:

- Falta oportunidade para os negros
 Fata acesso a uma boa educação
 Falta vontade e dedicação
 Outra opção. Qual? _____.

11. VOCÊ CONHECE ALGUMA ATIVIDADE DO GOVERNO QUE TENTA DÁ OPORTUNIDADES PARA OS NEGROS:

- Sim Não

Se sim. Qual? _____.

12. O DEBATE SOBRE AS QUESTÕES RACIAIS É IMPORTANTE E DEVE SER TRATADO PRINCIPALMENTE PELA ESCOLA?

- Não, pois não é importante
 Não, pois já vivemos em um país democrático onde todos têm oportunidades
 Sim, pois é uma questão que afeta a vida de muitas pessoas
 Não sei dizer nada sobre esse tema

13. O QUE VOCÊ ACHA DAS POLÍTICA DE COTAS NAS UNIVERSIDADES E NOS CONCURSOS PÚBLICOS:

- Sou contra, afinal todos devem ter as mesmas capacidades
 Sou a favor, pois é uma chance de o governo corrigir um pouco dos erros do passado
 Não conheço essa política de cotas

14. O QUE JUSTIFICA A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE COTAS:

- Uma dívida histórica com os negros, que tiveram o acesso ao ensino superior dificultado.
 Uma questão política, que comprova que o Brasil é democrático
 Para que o ensino superior seja igualitário, com a participação dos menos favorecidos.
 Uma forma cruel de discriminação que dá privilégios para poucas pessoas.

15. VOCÊ JÁ VIU NA TELEVISÃO ALGUM CASO DE RACISMO:

- Sim Não

Se respondeu Sim, o que você viu?

16. O QUE VOCÊ JÁ ESTUDOU SOBRE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILDEIRA?

17. O QUE VOCÊ SABE SOBRE AS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS DO NEGRO NO BRASIL?

18. O QUE VOCÊ SABE SOBRE A HISTÓRIA DO AFRODESCENDENTE EM TERRITÓRIO BRASILEIRO?

19. O QUE PRECISA SER FEITO PARA ACABAR COM AS FORMAS DE PRECONCEITO EM NOSSO PAÍS?

20. O QUE VOCÊ CONSIDERA A CONTRIBUIÇÃO MAIS IMPORTANTE QUE OS NEGROS DEIXARAM PARA O BRASIL?

ANEXO A

LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003.

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

§ 3º (VETADO)"

Art. 79-A. (VETADO)"

"Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de janeiro de 2003;

182º da Independência e 115º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 10.1.2003.